

Características da Educação Tradicional nos diferentes contextos sócio-culturais e etno-linguísticos de Angola: um estudo da província do Uíge¹

 Manuel Panzo Muluta ²

Recibo: 28.03.2025
Aceito: 10.04.2025
Publicado: 05.06.2025

Resumo: A educação tradicional desempenha um papel fundamental na transmissão dos valores culturais e sociais nas comunidades africanas. Este artigo tem como objectivo analisar as características da educação tradicional nos diferentes contextos sócio-culturais e etno-linguísticos da província do Uíge, em Angola, tendo em conta a sua relevância no quotidiano das comunidades uigenses. A pesquisa adopta uma abordagem qualitativa, com enfoque descritivo, e utiliza-se a entrevistas semi-estruturadas e a observação directa, como principais técnicas de colecta de dados. O estudo busca identificar os espaços educativos, os agentes da educação, os objectivos, os conteúdos transmitidos, os métodos e os meios utilizados nesse modelo educativo. Os resultados indicam que a educação tradicional está fortemente ligada à preservação da cultura, ao desenvolvimento moral e à preparação dos jovens para a vida adulta. Conclui-se que, apesar da marginalização desse sistema educativo em favor da educação formal imposta pelos colonizadores, a educação tradicional ainda influencia práticas contemporâneas, ressaltando sua importância para a identidade cultural e social das comunidades.

Palavras-chave: Educação tradicional. Educação não formal. Identidade cultural. Uíge.

Characteristics of Traditional Uducation in the different socio-cultural and ethno-linguistic contexts of Angola: a study of the province of Uíge

Abstract: Traditional education plays a fundamental role in transmitting cultural and social values in African communities. This article aims to analyze the characteristics of traditional education in the different socio-cultural and ethno-linguistic contexts of the province of Uíge, in Angola, taking into account its relevance in the daily lives of Uíge communities. The research adopts a qualitative approach, with a descriptive approach, and uses semi-structured interviews and direct observation as the main data collection techniques. The study seeks to identify educational spaces, educational agents, objectives, content transmitted, methods and means used in this educational model. The results indicate that traditional education is strongly linked to the preservation of culture, moral development and the preparation of young people for adult life. It is concluded that, despite the marginalization of this educational system in favor of formal education imposed on colonizers, traditional education still influences contemporary practices, highlighting its importance for the cultural and social identity of communities.

Keywords: Traditional education. Non-formal education. Cultural identity. Uíge.

Características de la Educación Tradicional en los diferentes contextos socioculturales y etnolingüísticos de Angola: un estudio de la provincia de Uíge

Resumen: La educación tradicional juega un papel fundamental en la transmisión de valores culturales y sociales en las comunidades africanas. Este artículo tiene como objetivo analizar las características de la educación tradicional en los diferentes contextos socioculturales y etnolingüísticos de la provincia de Uíge, en Angola, teniendo en cuenta su relevancia en la vida cotidiana de las comunidades de Uíge. La investigación adopta un enfoque cualitativo, con un enfoque descriptivo, y utiliza entrevistas semiestructuradas y observación directa como principales técnicas de recolección de datos. El estudio busca identificar los espacios educativos, los agentes de la educación, los objetivos, los contenidos que se transmiten, los métodos y medios utilizados en este modelo educativo. Los resultados indican que la educación tradicional está fuertemente vinculada a la preservación de la cultura, el desarrollo moral y la preparación de los jóvenes para la vida adulta. Se concluye que, a pesar de la marginación de este sistema educativo en favor de la educación formal impuesta por los colonizadores, la educación tradicional aún influye en las prácticas contemporáneas, resaltando su importancia para la identidad cultural y social de las comunidades.

Palabras clave: Educación tradicional. Educación no formal. Identidad cultural. Uíge.

¹ DOI: <https://dx.doi.org/10.4314/academicus.v3i2.3>

² Mestrando em Ciências da Educação na especialidade de Ensino da Matemática pelo Instituto Superior de Ciências de Educação do Sumbe (ISCED-SUMBE); Graduado em Ciências da Educação na Especialidade de Ensino da Matemática pelo Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge (ISCED-UIGE). E-mail: manuelpanzo42@hotmail.com

Introdução

O ser humano é um ser social por natureza, concebido para viver em comunidade e estabelecer relações interpessoais. Desde a antiguidade, filósofos como Aristóteles afirmaram que a vida em sociedade é uma característica intrínseca ao ser humano. Segundo o pensador grego, a busca pela felicidade e pelo bem-estar está directamente ligada à convivência com outros indivíduos, pois é através das interações sociais que o homem encontra sentido para sua existência. Dessa forma, a convivência humana não é apenas uma necessidade biológica, mas também uma condição essencial para o desenvolvimento pessoal e colectivo.

A vida em sociedade, no entanto, exige mais do que a simples presença de indivíduos no mesmo espaço. Para que haja harmonia e progresso, é imprescindível que os membros da comunidade conheçam e respeitem um conjunto de normas, valores éticos e princípios morais que regulam o comportamento e as interações sociais. Esses valores incluem o respeito ao próximo, a solidariedade, a justiça e o cumprimento de direitos e deveres que garantem a coexistência pacífica entre os cidadãos. Esses princípios foram estabelecidos ao longo da história para assegurar o bem comum e são transmitidos de geração em geração, seja de forma sistematizada, como no ambiente escolar, ou de maneira assistematizada, através da cultura, das tradições e da convivência familiar e comunitária, dando origem ao processo de educação

Segundo Libâneo (1994), a educação é um fenómeno social e universal, sendo uma actividade humana essencial para a existência e funcionamento de todas as sociedades. O autor destaca que o principal objectivo da educação é proporcionar aos indivíduos conhecimentos e experiências culturais que os tornem aptos a actuar no meio social e a transformá-lo de acordo com as necessidades económicas, sociais e políticas da coletividade. Ou seja, a educação não se limita à transmissão de conteúdos académicos, mas desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e participativos, capazes de contribuir para a evolução da sociedade.

A educação, conforme argumenta Read (2001, citado por Biesdorf, 2011), possui dois objectivos principais: educar o homem para que ele se torne aquilo que é, respeitando suas características individuais, e educá-lo para transformar-se no que ainda não é, eliminando aspectos indesejáveis como instintos primitivos que possam comprometer a harmonia social. Dessa forma, a educação deve equilibrar a preservação da identidade individual com a necessidade de adaptação às exigências e valores da sociedade.

Libâneo (1994) distingue dois tipos de educação: a não-intencional e a intencional. A educação não-intencional ocorre de maneira espontânea, sem uma estrutura formalizada, resultando da influência do meio ambiente e das experiências cotidianas dos indivíduos. Esse processo educativo é marcado pela aquisição informal de conhecimentos, valores e práticas, muitas vezes de forma inconsciente.

Por outro lado, a educação intencional ocorre de maneira planejada e estruturada, com objectivos bem definidos. Ela pode ser formal, quando realizada em instituições de ensino como escolas e universidades, ou não formal, quando acontece em espaços organizados e devidamente estruturados, fora do sistema escolar, como centros de formação profissional, actividades comunitárias e iniciativas culturais.

Dessa forma, a educação tradicional praticada pelos povos Bantu pode ser considerada um exemplo de educação não formal. Embora não se desenvolva dentro de um ambiente escolar convencional, ela possui objectivos claramente estabelecidos, agentes educativos bem definidos e práticas organizadas para a transmissão do conhecimento. Através de métodos como a oralidade, a imitação e a participação em actividades sociais e culturais, os jovens aprendem valores fundamentais para a vida em comunidade, assegurando a continuidade das tradições e o fortalecimento da identidade cultural dos povos Bantu. Logo, a educação tradicional não apenas desempenha um papel crucial na formação dos indivíduos, mas também se apresenta como um

elemento essencial para a preservação e perpetuação dos saberes ancestrais.

Assim, no presente trabalho, apresentar-se-á uma abordagem sobre o processo de educação tradicional no contexto sócio-cultural / etno-linguístico na região do Uíge, tendo em conta a sua influência na educação familiar, que é a base para uma plena convivência de qualquer sociedade, pois, é no ambiente familiar que os indivíduos aprendem os primeiros valores, normas de convivência e comportamentos fundamentais para a vida em comunidade. Além disso, a família é responsável por estimular o desenvolvimento emocional, social e cognitivo, preparando os filhos para os desafios da vida (Dessen & Polonia, 2007; Almeida, 2022; Leocadio, Alves, & Lemos, 2024).

Para situar melhor os leitores sobre as características da educação tradicional no Uíge, território historicamente habitado pelos Bantu-Kongo, realizou-se uma caracterização dos seus hábitos e costumes, descritas na fundamentação teórica abaixo.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Caracterização dos povos Bantu-kongo: hábitos e costumes tradições antes da colonização

Os povos Bantu se estabeleceram nas regiões do Bas-Congo no Rio Uele, aproximadamente entre 2.000 anos a. C. Estes povos são originários da África meridional, mais precisamente das terras da actual fronteira entre Camarões e Nigéria, da região do médio Bénoué e do Chade, todos ao sul do Deserto do Saara que chegaram até a bacia do Congo em séries de migrações aí encontrando diferentes povos que já habitavam na região por volta de 80.000 anos a. C. Fixaram-se nas zonas da floresta tropical e nas savanas do Sul, expulsando os povos nativos, como os pigmeus no Norte da floresta do Congo (Afonso, 2020).

O termo Bantu é também uma categoria utilizada para definir os grupos etno-linguísticos que habitavam a região Centro-Sul do continente africano. conforme se pode ver na imagem seguinte, o antigo Reino do Congo abrangia Angola, o actual Gabão e há evidências de grupos étnicos Bantus no Camarões, o actual Congo Brazaville e Kinshasa, a República Democrática do Congo localizado na África Central, possui uma área de 2.345.000 km², além da segunda maior floresta tropical do mundo (Timbane & Afonso, 2019).

Entre os mais de trezentos grupos étnicos que compartilham diversas línguas de origem “Bantu” a agricultura faz parte da economia e base de sustento da maioria. Assim, formam um grande tronco linguístico que compartilha os mesmos processos produtivos. Os bantos são conhecidos pela sua diversidade de cultura, língua, modo de vida, tipo de habitação, forma característica de vestir, etc.

Figura 1 - Mapa da África mostrando região ocupada pelos bantos.



Fonte: <https://casadamemorianegrasalto.com.br/povos-bantos/>

Segundo Meek (1912, citado por Afonso, 2020) a maioria dos reinos de África, foram

estruturados a partir de um modelo comum. Por isso, há muita semelhança entre os povos. Delafosse (2014, citado por Afonso, 2020) acrescenta que, independentemente do grau de desenvolvimento alcançado pelas Instituições Políticas dos negros africanos e de dos seus Estados, as suas organizações e funcionamento apresentavam sempre em todas as partes as mesmas características. Por exemplo, ao sul do Zambeze, há um modelo tradicional onde cada tribo agrupa-se a volta de um chefe hereditário. Esse é um dos critérios de classificação das sociedades africanas. Também há sociedades acéfalas, nómadas, em que os mais velhos são responsáveis pelas decisões em prol do grupo.

O sistema político é suficientemente controlado com poucas possibilidades de anarquia. Em parte, acontece devido à estrutura das famílias alargadas, que podem abranger uma ou mais aldeias.

Quando vários estados-clã se unem por meio da língua, costumes, rituais e crenças, formam um estado-tribo, cujo chefe assume o poder em momentos de perigo. Portanto é um regime democrático, representativo de várias famílias e clãs. Caso o povo seja reduzido e limitado, têm sido os reinos e chefes que ficam sob controlo destes e, ninguém pode contestar a autoridade política e religiosa do chefe.

Alguns chefes e reino, deram origem aos grandes impérios, reinos e hegemonias, bastando que um chefe, um guerreiro fosse um manipulador de segredos mágico-religioso, desta forma alargava a sua influência sobre as tribos vizinhas. Foi assim que nasceu o **Reino do Kongo** e os diversos impérios e federações negras.

Segundo Silva (2012, p. 76) “o Reino do Congo foi fundado por Nimi-a-Lukenie, conhecido como Mani Kongo. O rei do Congo era também chamado por Ntinu. Ntinu tinha construído o Reino por uma aliança dos reis da região de Mbata, Kabunga, no vale do Inkisi”. Eles conseguiram várias conquistas e vitórias sobre outros povos, Kongo estendendo o seu território até as cercanias do rio Ogooué, no actual Gabão. Em Angola abrangeu partes significativas do Noroeste, incluindo a província do Uíge.

Quanto ao processo de formação do Reino do Congo, não se conhece a data verdadeira, mas, porém Afonso (2020, p. 68) aponta que “há autores que defendem que a sua formação está ligada, segundo um raciocínio analógico, ao século IX. Outras referências a datar a sua existência, indicam que a sua fundação está entre 1300 e 1400”.

2.2. A Educação não formal e sua influência no desenvolvimento das sociedades

A educação não formal é definida como o conjunto de actividades que, embora formalizadas e com intencionalidade educativa explícita, são realizadas fora do sistema educativo oficial (Andrade, 2019). Segundo Cascais e Terán (2014, p. 3), “ela ocorre a partir da troca de experiências entre os indivíduos, sendo promovida em espaços coletivos”.

Gohn (2008, citado por Andrade, 2019, p. 11) afirma que “a educação não formal é um processo de auto-aprendizagem e aprendizagem colectiva adquirida a partir de experiências em acções organizadas segundo eixos temáticos, como questões étnico-raciais, género, geracionais e de idade”. As principais características desse modelo educativo incluem flexibilidade nos métodos de ensino, adaptação às necessidades da comunidade e valorização do conhecimento empírico.

Para Trilla et al. (2003), a educação não formal e a educação formal estão agrupadas em um mesmo nível por possuírem intencionalidades explícitas e uma organização metodológica. No entanto, diferenciam-se no sentido de que a educação formal corresponde ao ensino oficial e a educação não formal refere-se a práticas educativas intencionais e sistemáticas que não conferem certificação oficial compatível ao sistema académico.

Ainda segundo os autores, as principais áreas de actuação da educação não formal incluem a educação de adultos, formação profissional e ocupacional, educação para grupos sociais específicos,

educação ambiental, cívica, sanitária, educação sexual, física e artística, além da preservação do património cultural e da promoção de valores (Trilla et al., 2003).

A educação não formal tem sido um elemento essencial na formação dos indivíduos e no desenvolvimento das sociedades ao longo da história. Conforme Severo (2015), a educação não formal está a serviço da formação das pessoas para a aquisição de saberes e para a construção de práticas que atendem às demandas de aprendizagem voltadas ao lazer, ao trabalho e à participação social. “Ela se ajusta contextualmente aos espaços e tempos socioeducativos por possuir um carácter flexível que a torna permeável a um amplo espectro de conteúdos e metodologias didácticas” (Andrade, 2019, p. 11).

No contexto africano, e particularmente nas comunidades tradicionais, a educação não formal sempre teve um papel central na transmissão de conhecimentos, valores e habilidades necessárias para a vida em sociedade. Esse tipo de educação inclui práticas como os rituais de iniciação, o aprendizado de ofícios, a participação em actividades comunitárias e a oralidade como meio fundamental de transmissão do saber.

A finalidade da educação não formal é “proporcionar conhecimento sobre o mundo que envolve os indivíduos e suas relações sociais” (Gohn, 2006, citado por Cascais & Terán, 2014, p. 3). Nesse sentido, compreende-se que a educação não formal vai além dos conhecimentos adquiridos na escola, agregando valores que formam cidadãos mais conscientes e críticos em suas múltiplas dimensões – social, cultural, política e religiosa (Andrade, 2019).

A influência do ensino não formal no desenvolvimento das sociedades pode ser observada em diversas áreas. No campo económico, por exemplo, muitas profissões e habilidades são adquiridas através de sistemas de aprendizagem não formais, como a agricultura, a pesca, o artesanato e a construção. No aspecto social, o ensino não formal promove a coesão comunitária, reforçando normas de convivência e valores culturais.

Além disso, o ensino não formal desempenha um papel fundamental na preservação da identidade cultural e na continuidade das tradições locais. Muitas práticas culturais e conhecimentos ancestrais são transmitidos por meio de narrativas, mitos, danças e rituais, garantindo que o legado histórico das comunidades seja preservado e passado para as novas gerações.

Embora a educação formal tenha se expandido significativamente, a educação não formal, no entanto, continua a ser uma peça fundamental no desenvolvimento das sociedades, promovendo a continuidade cultural e social das comunidades africanas. Seu reconhecimento e valorização podem contribuir para um sistema educativo mais inclusivo e alinhado às realidades locais, garantindo que os saberes ancestrais não se percam e continuem a influenciar positivamente as novas gerações.

2.3. A Educação Tradicional e o Sistema Colonial

De acordo com António e Pereira (2024), a educação tradicional dos povos Bantu, incluindo os Bakongo, sempre esteve profundamente enraizada nos valores comunitários, na oralidade e na transmissão de conhecimentos através dos mais velhos. A aprendizagem ocorria de forma natural, integrada ao quotidiano e voltada para a formação do indivíduo como membro ativo da sua sociedade.

A educação tradicional africana sempre desempenhou um papel essencial na transmissão de valores, normas e habilidades necessárias para a vida em comunidade. Segundo António e Pereira (2024), a educação tradicional nas sociedades Bantu tinha como principal objectivo preparar os jovens para a vida adulta, garantindo que assumissem papéis responsáveis dentro da comunidade. Além disso, a educação visava à preservação da cultura e dos valores tradicionais, fortalecendo os laços sociais e promovendo a continuidade das práticas ancestrais.

A chegada dos colonizadores europeus transformou profundamente os sistemas educativos das comunidades africanas. A educação tradicional, baseada na oralidade e na experiência comunitária, foi marginalizada em favor de um modelo formal eurocêntrico. As escolas missionárias impuseram um ensino rigidamente estruturado, que desconsiderava as realidades locais e reforçava a alienação cultural (Vieira, 2007).

Este sistema educacional discriminatório pode ser analisado sob diferentes aspectos. Primeiramente, houve uma clara distinção racial e social na educação formal, limitando as oportunidades de escolarização da população negra. Em segundo lugar, as práticas educativas tradicionais foram marginalizadas e tratadas como inferiores. Por fim, a educação foi utilizada como uma ferramenta de dominação, garantindo a manutenção do poder colonial sobre os africanos. Esses aspectos são explorados nas subseções seguintes.

A Discriminação e a Desvalorização da Educação dos Negros

Durante o período colonial, a educação formal em Angola não foi concebida para beneficiar os africanos, mas sim para garantir o domínio dos colonizadores sobre a população local. Como destacado por Vieira (2007) e Timbane e Afonso (2019), a educação colonial baseava-se em discursos racistas que tratavam o negro como um ser inferior, sem capacidade intelectual para alcançar um nível elevado de escolarização. O ensino formal foi estruturado para atender prioritariamente à população europeia e apenas uma minoria de africanos assimilados teve acesso à escolarização.

A distinção entre “cidadãos” (europeus ou assimilados) e “indígenas” (a maioria da população negra) consolidou um sistema educacional excludente. Segundo ainda Vieira (2007), os indígenas eram considerados incapazes de compreender conteúdos académicos avançados e, por isso, eram educados apenas para funções subalternas. As escolas missionárias, que assumiram parte da responsabilidade pela educação dos africanos, ofereciam um ensino rudimentar, voltado apenas para a aprendizagem da língua portuguesa e da doutrina cristã, sem qualquer valorização das línguas e culturas locais (Timbane & Afonso, 2019).

A Marginalização das Práticas Educativas Tradicionais

A educação tradicional africana, baseada na oralidade, nos provérbios e nos contos, foi sistematicamente desvalorizada pelos colonizadores. Os europeus consideravam essas formas de ensino como primitivas e sem valor intelectual, quando, na realidade, elas desempenhavam um papel fundamental na transmissão de conhecimento e valores morais.

Os provérbios e as narrativas orais, que ensinavam lições de vida sobre responsabilidade, coragem e respeito aos mais velhos, foram substituídos por um ensino rígido, baseado na memorização de conteúdos eurocêntricos. Os ensinamentos tradicionais, que estimulavam o pensamento lógico e a socialização, foram ignorados nas escolas coloniais, que impunham métodos de ensino formais e distantes da realidade das comunidades locais.

O Ensino como Ferramenta de Dominação

A exclusão da maioria dos africanos do sistema educacional formal foi uma estratégia deliberada dos colonizadores para manter a estrutura de poder. Durante décadas, a educação em Angola serviu para formar uma elite assimilada, que poderia actuar como intermediária entre os colonizadores e a população local, perpetuando a exploração e a dependência (Vieira, 2007).

Segundo o autor Mesmo com algumas reformas no final do período colonial, a maioria da população negra continuou privada do direito à educação. Em 1960, apenas 3% dos africanos frequentavam a escola, e a maioria desses alunos tinha acesso apenas ao ensino rudimentar oferecido pelas missões religiosas (Vieira, 2007).

O Legado da Educação Colonial e a Reafirmação da Identidade Africana

O impacto da educação colonial ainda se reflete no sistema educativo angolano, com um currículo muitas vezes desconectado das realidades culturais locais. No entanto, esforços recentes buscam integrar elementos da tradição oral e das práticas comunitárias no ensino formal, tornando-o mais inclusivo e representativo da identidade angolana.

A desvalorização da educação dos negros durante o período colonial foi uma estratégia consciente de dominação e alienação. Resgatar e integrar os princípios da educação tradicional ao ensino moderno é essencial para a construção de um sistema educativo que respeite a diversidade cultural e fortaleça a identidade nacional.

2.4. A Educação Tradicional no Contexto da Província do Uíge

Em Angola, particularmente na província do Uíge, essa forma de educação tem sido um elemento estruturante na organização social dos diferentes grupos etno-linguísticos. Embora tenha sido caracterizada como não formal (Balgido, 2014), ela tem o objectivo primordial de transmitir aos educandos os valores que garantam: (i) a preservação dos hábitos e costumes da comunidade; (ii) a harmonia e coesão dos membros da comunidade e, (iii) a preparação dos jovens (masculinos e femininos) para a vida adulta, conforme relatam os entrevistados:

[...] Os objectivos da educação visavam essencialmente a conservação dos valores morais e culturais da nossa região, ou seja, preservar os hábitos e costumes no sentido de preparar os jovens para o dilonge (circuncisão tradicional) onde ensinavam a arte da caça, pesca e formar os jovens para a vida adulta. Outro objectivo, da educação era de ensinar os princípios divinos, aprender a contar os números (na língua materna) para facilitar as permutas e as normas de conduta das nossas comunidades. [Entrevistados A³, 2024; Entrevistado C⁴, 2024]

Quanto ao sistema educativo, antes da chegada dos colonizadores, a educação em Angola e em todo reino do Kongo, era não formal e integrado ao quotidiano das populações. Os ensinamentos estavam ligados ao modo de vida das comunidades, garantindo a transmissão de conhecimentos essenciais para a sobrevivência, como caça, pesca, agricultura e normas sociais (Vieira, 2007).

Segundo o mesmo autor, o sistema educativo tradicional era comunitário, baseado na oralidade e na vivência prática, com os anciãos e líderes locais desempenhando o papel de educadores. Além disso, os povos Bantu já possuíam estruturas sociais organizadas, crenças religiosas consolidadas e práticas culturais próprias. No entanto, com a chegada dos colonizadores, essa educação foi gradualmente marginalizada com a introdução do ensino escolar formal, sob a responsabilidade das **missões religiosas**, que se apresentaram mais como evangelizadoras do que educadoras. Estas desempenharam um papel central na evangelização e na assimilação dos povos locais à cultura portuguesa, privilegiando os interesses dos colonizadores e excluindo a maioria da população africana (Vieira, 2007).

Nesse sentido, Timbane e Afonso (2019) acrescentam que:

Foram as igrejas que introduziram as primeiras escolas do modelo europeu em África, dando a entender que os africanos não tinham educação e que precisavam de uma educação cívico-moral. Foram as igrejas que criaram escolas e ensinaram as línguas, a cultura, a história e a geografia europeias ao invés de ensinar as línguas autóctones e as respectivas realidades sócio-históricas (p. 66).

Concomitantemente, conclui-se que, mesmo antes da chegada dos colonizadores à África, os Bantu-Kongo já possuíam um sistema educativo relativamente organizado, baseado em suas vivências, crenças e valores culturais. Embora considerado não formal, esse sistema desempenhava

³ Entrevistado A um idoso de naturalidade e antigo residente da N'damba, actual Município da Damba

⁴ Entrevistado C um ancião de naturalidade e antigo residente do Município do Bungo.

um papel fundamental na transmissão do conhecimento, garantindo a preservação dos hábitos e costumes, bem como a preparação dos indivíduos para a vida em sociedade e a luta pela sobrevivência. Entretanto, com a colonização, essa educação tradicional foi marginalizada em favor de um ensino escolar formal, imposto pelas missões religiosas, que buscava assimilar os africanos à cultura europeia, desvalorizando suas línguas e identidades.

2.4.1. Os Principais Rituais

Os rituais tradicionais desempenham um papel essencial na estrutura social dos povos Bantu, funcionando como marcos fundamentais na transição de diferentes fases da vida. Além de serem momentos de aprendizado cultural e social, esses rituais também reforçam a identidade comunitária através de práticas como a música, a oralidade e a participação dos anciãos.

Entre os povos Bantu, os rituais de iniciação sempre desempenharam um papel essencial na transição dos jovens para a vida adulta. Segundo António e Pereira (2024) essas cerimónias eram oportunidades de aprendizado cultural, social e espiritual, nas quais os jovens recebiam ensinamentos fundamentais para a vida em comunidade.

Dentre os rituais mais importantes praticados pelos Bakongo e amplamente recorrente na comunidade uigiense está o *alambamento*, que antecede qualquer união matrimonial legítima. Este ritual é essencial para o reconhecimento social do casamento e simboliza a aliança entre as famílias dos noivos. Nenhum homem pode unir-se a uma mulher sem realizar o *alambamento*, pois ele representa o compromisso do noivo com a família da noiva e o respeito pelos valores tradicionais.

O *alambamento* não se limita a um compromisso entre duas pessoas, mas representa a aceitação da união pela comunidade e pelos anciãos. Segundo António e Pereira (2024), ele é considerado um dos rituais mais importantes da cultura Bakongo, sendo visto como um vínculo mais forte do que o casamento civil ou religioso. Conforme faz referência Joana (2023), esse processo envolve várias etapas, incluindo o pedido formal, reuniões entre as famílias para definir os termos da união, a entrega do dote e uma cerimónia festiva com cânticos e danças tradicionais. A entrega dos dotes do *alambamento* caracteriza-se pela entrega de presentes e bens materiais à família da noiva, que podem incluir dinheiro, panos, bebidas tradicionais e outros itens acordados entre as partes.

No entanto, mais do que um simples acto de oferta, esse ritual tem um profundo significado cultural e educativo. Ele simboliza a valorização da mulher, o reconhecimento do papel da família na sua formação e a importância da união entre os grupos familiares (António & Pereira, 2024; Joana, 2023).

No contexto educativo, o *alambamento* reforça valores como responsabilidade, compromisso e respeito pelas normas sociais. Ele ensina aos jovens a importância da família e da comunidade na constituição de uma nova célula social. Durante a cerimónia, os noivos recebem conselhos dos mais velhos sobre a vida conjugal, a importância da fidelidade e o papel de cada cônjuge na manutenção da harmonia familiar.

2.4.2. A Influência da Educação Tradicional nas Práticas Contemporâneas no Uíge

Mesmo diante dos desafios impostos pela modernidade e pela educação formal de base ocidental, a educação tradicional na província do Uíge continua a exercer uma influência significativa nas práticas contemporâneas, especialmente na forma como os conhecimentos e valores são transmitidos dentro das comunidades. A ideia de que a educação vai além da escola e se constrói em espaços comunitários ainda está presente, e os mais velhos continuam a ser referências fundamentais na transmissão de saberes.

Elementos como a oralidade, o aprendizado pela observação, os rituais de iniciação, de casamentos e outros continuam a moldar diversas áreas da vida social.

Um exemplo concreto é o uso contínuo dos provérbios, contos e relatos tradicionais no aconselhamento e na resolução de conflitos dentro das comunidades, que podem ser lidos na obra *Missosso I*, do escritor angolano Óscar Ribas (Ribas, 2011). Mesmo em ambientes urbanos, líderes comunitários e famílias recorrem a esses ensinamentos para orientar jovens e resolver disputas, demonstrando que a educação tradicional continua a ser um elemento essencial na formação da sociedade angolana. Além disso, actualmente, muitos professores e educadores incorporam elementos dessa tradição oral no ensino formal. Os provérbios, contos e relatos históricos ainda são usados para transmitir conceitos e valores aos alunos.

Outro aspecto importante, baseia-se na estrutura familiar e comunitária, que continua a desempenhar um papel central na educação das crianças, garantindo que aprendam não apenas conteúdos académicos, mas também normas de convivência, respeito aos mais velhos e cooperação social.

Nas práticas profissionais, o aprendizado baseado na experiência continua a ser essencial. Em sectores como a agricultura, a pesca e o artesanato, muitos jovens ainda são formados pelo método tradicional de aprendizado prático, sob a orientação de mestres experientes. Essa abordagem complementa o ensino formal, permitindo que os alunos desenvolvam habilidades práticas que muitas vezes não são abordadas no currículo escolar convencional.

Para além disso, os rituais de iniciação e matrimoniais apesar de terem perdido parte de sua popularidade devido à modernização e as mudanças nos sistemas educativos formais, elementos desses rituais ainda influenciam a educação e o quotidiano das comunidades no Uíge, o *alambamento*, por exemplo, continua a ser um requisito indispensável para a formalização das uniões. Ele preserva a estrutura social baseada no respeito às tradições e à família, reforçando a identidade cultural do povo Bakongo. Mesmo entre jovens que frequentam escolas formais, o cumprimento desse ritual é visto como uma demonstração de maturidade e respeito pelas normas sociais. Outros rituais festivos, como os relacionados ao nascimento, à colheita e à circuncisão, reforçam a transmissão de valores e a coesão social.

Em algumas comunidades, esses rituais são adaptados para incluir discussões sobre desafios contemporâneos, como a educação sexual, a cidadania e a preservação dos valores culturais. Dessa forma, a tradição se mantém relevante, mesmo em um contexto de mudanças sociais e culturais.

2.5. A Coexistência Entre a Educação Tradicional e a Educação Formal

A relação entre a educação tradicional e a educação formal tem sido marcada por tensões e, ao mesmo tempo, por interações complementares. Durante o período colonial, a imposição do modelo educativo europeu marginalizou os métodos tradicionais, criando uma ruptura entre o conhecimento transmitido nas comunidades e o ensino escolar formal (Calderoni & Nascimento, 2012). Esse processo resultou na desvalorização dos saberes ancestrais e na dificuldade de integração entre as duas abordagens educacionais.

Nas últimas décadas, no entanto, observa-se um esforço crescente para resgatar e integrar elementos da educação tradicional ao ensino formal. Em algumas escolas, professores adotam metodologias inspiradas na oralidade africana, utilizando narrativas, provérbios e contação de histórias para tornar a aprendizagem mais significativa. Além disso, políticas educacionais vêm promovendo a valorização das línguas nacionais e das tradições locais, reforçando o sentido de identidade cultural dos alunos (Ndombele, 2017).

Apesar desses avanços, a coexistência entre os dois sistemas ainda enfrenta desafios. O ensino formal continua amplamente baseado em modelos ocidentais, muitas vezes ignorando os saberes comunitários como fontes legítimas de conhecimento. Essa tensão se manifesta especialmente na formação moral e social dos jovens. Enquanto a educação formal privilegia a padronização e a avaliação quantitativa do aprendizado, a educação tradicional enfatiza o

aprendizado prático, o convívio comunitário e a formação do caráter por meio de rituais e experiências sociais (Quinteiro & Fonseca, 2018).

Dessa forma, é essencial reconhecer que a educação tradicional e a educação formal não precisam ser sistemas opostos, mas podem coexistir de maneira complementar. O fortalecimento de práticas pedagógicas que integrem esses dois saberes pode contribuir para um ensino mais contextualizado, que respeite a identidade cultural e atenda às necessidades das comunidades.

Em suma, a educação tradicional segue essencial na formação dos indivíduos, transmitindo saberes por meio da oralidade, dos rituais e da experiência prática. Mesmo após a marginalização imposta pelo modelo eurocêntrico, seus elementos ainda influenciam o ensino moderno, possibilitando um diálogo entre os dois sistemas. Esse equilíbrio pode contribuir para um modelo educativo mais inclusivo e contextualizado. Com essa base, segue a metodologia utilizada para investigar essa influência na prática educativa.

Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, pois busca compreender, de forma aprofundada, as características da educação tradicional nos diferentes contextos socioculturais e etnolinguísticos dos povos Bantu-Kongo na província do Uíge. Para isso, utiliza-se o ambiente natural como fonte direta de dados, analisando as questões sem interferência do pesquisador (Prodanov & Freitas, 2013).

Pelo seu objectivo, trata-se de uma pesquisa descritiva, uma vez que pretende caracterizar a educação tradicional com base na observação, no registo e na análise de dados sem intervenção do pesquisador (Prodanov & Freitas, 2013).

Para a realização deste estudo, foram conduzidas três entrevistas, sendo cada uma realizada com um entrevistado diferente. A selecção dos participantes obedeceu três critérios principais: (i) experiência na educação de jovens e crianças; (ii) capacidade de expressar coerentemente as experiências e vivências educacionais praticadas por seus antepassados; e (iii) disponibilidade para cooperar com o investigador.

Os entrevistados compartilharam relatos sobre as práticas educativas vivenciadas antes da colonização, permitindo uma análise detalhada dos métodos tradicionais de ensino. As questões abordadas incluíram os espaços educativos, os agentes da educação, os objectivos educacionais, os conteúdos, os métodos e os meios de ensino praticados pelos seus antepassados antes da chegada dos colonizadores.

Os depoimentos foram sustentados teoricamente com base em obras científicas publicadas por autores que abordaram alguns temas relacionados com a educação tradicional bantu, incluindo livros, publicações em revistas científicas, repositórios académicos e outros materiais. Dessa forma, a pesquisa também se caracteriza como bibliográfica, segundo seus procedimentos metodológicos (Gil, 2008).

Além das entrevistas, empregou-se a observação directa, uma vez que o pesquisador reside na província do Uíge e tem acompanhado o comportamento dos entrevistados, bem como as influências da educação tradicional em seus modos de encarar a vida.

As técnicas de pesquisa utilizadas foram:

- Entrevista semi-estruturada, composta por perguntas abertas e combinadas, permitindo que os entrevistados expressassem livremente suas opiniões e experiências, ao mesmo tempo que seguiam uma estrutura básica para garantir a abordagem de todos os tópicos relevantes.

- Observação directa, possibilitando ao pesquisador identificar padrões de comportamento e interações que evidenciam a permanência da educação tradicional no quotidiano das comunidades estudadas.

Essa abordagem metodológica possibilitou a obtenção de informações detalhadas e contextualizadas, garantindo uma compreensão mais profunda da influência da educação tradicional na formação dos indivíduos e na preservação da identidade cultural na província do Uíge

Resultados do estudo ()

Com base nos dados coletados aos nossos entrevistados e fundamentados pelas obras consultadas nesta pesquisa, a educação tradicional nos diferentes contextos sócio-culturais e etno-linguísticos da província do Uíge apresenta as seguintes características:

(i) Espaços Educativos

Os espaços educativos da educação tradicional eram variados e adaptados à realidade das comunidades. Entre os principais locais de ensino estavam os *quibangas (jangos)*⁵, espaços de reunião sob a liderança dos sobas, onde se transmitiam conhecimentos sobre tradições, cultura e valores morais [Entrevistado A, 2024]. Além disso, as fogueiras também eram locais privilegiados para a educação dos jovens, onde os mais velhos compartilhavam histórias, provérbios e lições de vida [Entrevistado B⁶, 2024]. Esses ambientes confirmam a observação de Cascais e Terán (2014), que afirmam que a educação ocorre por meio da troca de experiências entre os indivíduos em espaços coletivos, proporcionando conhecimento sobre o mundo e as relações sociais, indo além dos espaços escolares.

Figura 2 – Quibanga ou jango da aldeia Mbanza Quinguaqua – Uíge



Fonte: (Autor, 2025)

(ii) Agentes da Educação

Os principais agentes da educação tradicional eram os anciãos, sobas, catequistas e os tios maternos. Os pais também eram agentes da educação, mas desempenhavam um papel secundário na formação dos filhos, pois a educação era uma responsabilidade comunitária. Para os meninos, os ensinamentos eram conduzidos pelos anciãos e sobas, enquanto as meninas aprendiam com as mães

⁵ *Quibangas* ou *Jangos*: pequenas construções tradicionais, geralmente abertas, feitas com materiais locais, como pau-a-pique, barro e capim, com estruturas circulares ou semicirculares e piso de terra batida. Eram, e em algumas regiões ainda são, locais de ensino e reunião nas comunidades tradicionais em Angola, onde se transmitiam – e ainda se transmitem – conhecimentos sobre cultura, valores morais, práticas de sobrevivência. (Figura 2)

⁶ Entrevistado B um idoso de naturalidade e antigo residente do Município de Mucaba

e avós, que lhes transmitiam conhecimentos sobre o lar e a vida em sociedade. [Entrevistados A; B e C, 2024]. De acordo ainda com os entrevistados, dentre os povos haviam os catequistas, que se encarregavam do ensino da religião de modo que as populações soubessem a existência de Nzambi (Deus todo o poderoso). Esse papel comunitário e intergeracional confirma a análise de António e Pereira (2024), ao destacarem a educação tradicional dos povos Bantu, incluindo os Bakongo, sempre esteve profundamente enraizada na transmissão de conhecimentos através dos mais velhos.

(iii) Objectivos da Educação

A educação tradicional tinha como principais objectivos a preservação dos valores culturais, a transmissão de normas de conduta e a preparação dos jovens para a vida adulta. O ensino também incluía práticas religiosas e rituais, como a circuncisão tradicional (*dilonge*), que marcava a transição para a vida adulta [Entrevistados A e C, 2024]. Essa constatação converge com as abordagens de diversos autores, como António e Pereira (2024), que afirmam que o objetivo central da educação tradicional era formar indivíduos conscientes do seu papel na sociedade, com valores morais e espirituais bem definidos; Severo (2015) que defende que a educação não formal, tal como se manifesta nas práticas tradicionais, contribui para a formação de sujeitos capazes de enfrentar os desafios sociais, culturais e religiosos; assim como Vieira (2007), que ressalta que os ensinamentos antes da colonização estavam profundamente ligados ao modo de vida das comunidades, assegurando a transmissão de conhecimentos essenciais para a sobrevivência, como a caça, a pesca, a agricultura e as normas de convivência.

(iv) Conteúdos e Métodos de Ensino

Os conteúdos da educação tradicional eram essencialmente voltados à prática, abrangendo aspectos como caça, pesca, agricultura, normas sociais e religião. Os métodos de ensino baseavam-se na oralidade, com o uso de provérbios, fábulas e mitos para transmitir conhecimentos e valores. O ensino também era reforçado por experiências práticas e observação dos mais velhos [Entrevistados A; B e C, 2024]. Essa estrutura metodológica coaduna-se com os apontamentos de Vieira (2007), que ressalta como a aprendizagem tradicional se fundamenta em práticas quotidianas que garantem a sobrevivência e a coesão social.

(v) Meios de Ensino

Os meios utilizados na educação tradicional eram simples e acessíveis. A oralidade (por intermédio de provérbios, contos e parábolas) era o principal instrumento de transmissão do conhecimento. Além disso, eram utilizados materiais naturais, como pauzinhos e pedras para ensinar noções de contagem, e barro para modelagem e representação artística. [Entrevistados A; B e C, 2024]. Esses meios simples, como os provérbios, contos e parábolas, constituem uma característica marcante da educação tradicional, que ainda **se fazem presentes** em práticas contemporâneas. Alguns desses elementos podem ser encontrados na obra *Missosso I* (Ribas, 2011), o que reforça a valorização dos recursos utilizados nesses contextos educativos, profundamente enraizados na realidade cultural e material das comunidades.

Conclusão

Os resultados deste estudo demonstram que a educação tradicional na província do Uíge desempenha um papel fundamental na transmissão do conhecimento, na formação moral dos indivíduos e na preservação da identidade cultural. Essa forma de ensino, estruturada dentro dos contextos, continua a influenciar diversas práticas sociais, mesmo diante das transformações impostas pela modernidade e pelo sistema de educação formal.

A pesquisa revelou que a educação tradicional se baseia na oralidade como principal meio de transmissão do conhecimento, garantindo que os saberes sejam repassados de geração em geração por meio de narrativas, provérbios e mitos. Além disso, os agentes educativos, como anciãos, sobas e membros mais experientes da comunidade, desempenham um papel essencial na

condução desse processo, ensinando normas de convivência, práticas espirituais e habilidades técnicas para a vida quotidiana.

Outro aspecto relevante identificado na investigação é a importância dos espaços educativos não formais, como *quibangas (jangos)*, reuniões comunitárias, rituais de iniciação e actividades produtivas (como caça, pesca e agricultura). Esses espaços oferecem uma aprendizagem prática e integrada, onde os jovens adquirem não apenas conhecimentos técnicos, mas também valores éticos e comportamentais fundamentais para a coesão social.

A pesquisa também evidenciou que a educação tradicional é adaptativa e funcional, pois se ajusta às necessidades específicas da comunidade e à realidade sociocultural dos indivíduos. Os métodos de ensino incluem a observação directa, a imitação e a participação activa em actividades do quotidiano, permitindo uma aprendizagem contextualizada e significativa.

Por fim, conclui-se que, apesar da marginalização desse sistema educativo em favor da educação formal imposta pelos colonizadores, a educação tradicional ainda mantém sua influência sobre as práticas contemporâneas. Ela continua a desempenhar um papel essencial na formação da identidade cultural, no fortalecimento da solidariedade comunitária e na transmissão de valores ancestrais, sendo um elemento indispensável para a compreensão da organização social dos povos Bantu-Kongo.

Dessa forma, reconhecer e valorizar a educação tradicional pode contribuir para um sistema educativo mais inclusivo, que respeite e integre os saberes ancestrais às práticas pedagógicas actuais, promovendo uma educação contextualizada e culturalmente relevante para as novas gerações.

Referências Bibliográficas

- Afonso, E. V. (2020). Kuba, Cultura, Arte e História. *Dados de África(s)*, 01(01), 66-79. Acesso em 04 de Fevereiro de 2024. Disponível em <https://revistas.uneb.br/index.php/dadosdeafricas/article/view/9879/6944>
- Almeida, L. d. (2022). Família – escola: a importância dessa relação para o processo de aprendizagem e os desafios diante da pandemia. *VIII CONEDU-Congresso Nacional de Educação* (pp. 1-15). Realize. Disponível em: <https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/768/116000776743136.pdf?utm>
- Andrade, F. L. (2019). A Educação Não-Formal em Foco: Algumas reflexões. *Repositorio da UFRN*, 1-20. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/42391/1/Educa%C3%A7%C3%A3oN%C3%A3o-formalFoco_Andrade_2019.pdf
- António, F. J., & Pereira, P. G. (2024). A Educação em Angola no Período Pré-Colonial: Os povos Bantu e os processos de formação para a vida. *Educere – Revista da Educação da UNIPAR*, 24(1), 138-154. Disponível em: <https://doi.org/10.25110/educere.v24i1.2024-008>
- António, F. J., & Pereira, P. G. (2024). A Educação em Angola no Período Pré-Colonial: Os povos Bantu e os processos de formação para a vida. *Educere – Revista da Educação da UNIPAR*, 138-154. Disponível em: <https://doi.org/10.25110/educere.v24i1.2024-008>
- Balgido, V. A. (17 de Setembro de 2014). *Educação em Angola – Antes, Durante e Depois da Independência*. Disponível em: Educar Agora: <https://balgidoquiage.wordpress.com/2014/09/17/educacao-em-angola-antes-durante-e-depois-da-independencia/>
- Biesdorf, R. K. (2011). O Papel da Educação Formal e Informal: Educação na escola e na sociedade. *Revista Eletronica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí-UFG*, 1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rir.v1i10.1148>

- Calderoni, V. A., & Nascimento, A. C. (2012). Saberes tradicionais indígenas, saberes ocidentais, suas intersecções na educação escolar indígena. *Visão Global*, pp. 303-318. Acesso em 04 de Março de 2025. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/download/3427/1526/11115>
- Cascais, M. d., & Terán, A. F. (2014). Educação formal, informal e não formal na educação em ciências. *CIÊNCIA EM TELA*, 7(2), 1-10. Acesso em 4 de Fevereiro de 2025. Disponível em: <http://www.cienciaemtela.nutes.ufrrj.br/artigos/0702enf.pdf>
- Dessen, M. A., & Polonia, A. d. (2007). A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia*, 17(36). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Joana, A. M. (2023). O Alambamento e os Rituais do Casamento: Realidade do norte de Angola (Bakongo). *Revista Científica Excellence*, 24, 206-209. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/2323543.24.1-33>
- Leocadio, A. S., Alves, H., & Lemos, D. I. (2024). Valores familiares e formação de caráter: impactos no processo de ensino-aprendizagem. *Cuadernos de Educacion y Desarrollo*, 16(1), 1902-1919. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/cuadv16n1-099>
- Libâneo, J. C. (1994). *Didática*. São Paulo-SP: Cortez Editora.
- Marconi, M. d., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Ndombele, E. D. (2017). Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola. *RILP - Revista Internacional em Língua Portuguesa*(31), pp. 71-89. Disponível em: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2017.31/pp.71-89>
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2ª ed.). Novo Hamburgo: Feevale.
- Quinteiro, M. M., & Fonseca, L. C. (2018). Saberes tradicionais e o desafio da multiculturalidade nas instituições de ensino. Em M. G. Santos, & M. M. Quintero, . *Saberes tradicionais e locais: reflexões etnobiológicas* (pp. 148-167). Rio de Janeiro: EDUERJ. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575114858.0009>
- Ribas, Ó. (2011). *Missosso I*. Luanda, Angola: Chá de Caxinde Editora.
- Severo, J. L. (2015). Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, 96(244), 561-576. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/345513545>
- Silva, C. I. (2012). *Congo, a Guerra Mundial Africana: Conflitos armados, construção do Estado e alternativas para paz*. Porto Alegre: Leitura XXI.
- Timbane, D. A., & Afonso, E. V. (2019). Surgimento do movimento Tocoismo: Simão Toco- Igreja do Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo. *Revista Jesus Historico*, 23, 64-78. Fonte: <https://klineeditora.com/revistajesushistorico/arquivos23/4-euclides-dossie.pdf>
- Trilha, J., Gros, B., López, F., & Jesús, M. (2003). *La educación fuera de la escuela: ámbitos no formales y educación social*. Barcelona: Ariel Educación.
- Vieira, L. (2007). *Angola: A Dimensão Ideologica da Educação*. Luanda: Editorial Nzila, Lda.